

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXX/DF.**

Autos do Processo nº: XXXXXXXX

FULANO DE TAL, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados e estagiários do Núcleo de Assistência Judiciária do XXXXXX, apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE
SENTEÇA**

Com fulcro no artigo 525 e seguintes, do CPC, pelas razões a seguir aduzidas.

1- PRELIMINAR

Inicialmente, observa-se a ausência de cumprimento da Portaria Conjunta XX de XX de XXXXX de XXXX que regulamenta a fase de cumprimento de sentença nas unidades que foi implantado o PJE.

O art. 2º da referida portaria trata acerca dos requisitos da peça inaugural, quais sejam:

I - qualificação das partes;

II - documentos pessoais digitalizados;

III - endereço atualizado do exequente e do executado;

IV - número de inscrição das partes exequente e executado, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou, se for o caso, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ambos da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

V - indicação dos nomes dos advogados da parte devedora para fins de cadastramento;

VI - valor da causa e, se for o caso, demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do Código do Processo Civil;

VII - cópia digitalizada das seguintes peças do processo de conhecimento:

a) sentença exequenda;

b) acórdão, se houver;

c) procurações outorgadas pelas partes (exequente e executado);

d) certidão de trânsito em julgado;

e) facultativamente, outras peças consideradas necessárias para demonstrar a existência do crédito.

Ocorre que no tópico 2º da exordial (ID. XXXXX), penúltimo parágrafo, o exequente afirma que “Em sede de audiência de conciliação, realizada em XX/XX/XXXX, as partes compuseram nos seguintes termos:”, no entanto, não junta relatório de audiência conciliatória ou proposta de acordo, tampouco a sentença de homologação da referida composição.

Ora, a Portaria 85 em seu art. 2º, trata o que é necessário para o deferimento da petição inicial como “REQUISITOS”. Pois bem, requisito para o direito é aquilo iniludível ou imprescindível para o desenvolvimento de algo.

Na mesma toada, o art. 330 do Código de Processo Civil 2015 dispõe que a petição inicial será indeferida por inépcia quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

Observe-se :

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

§ 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - contiver pedidos incompatíveis entre si.

Ademais, segue entendimento do egrégio TJDF:

**TJ-DF - Agravo Regimental no(a) Apelação
Cível AGR1 201401113265151 Apelação
Cível (TJ-DF)**

Data de publicação: 31/08/2015

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DE APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA.

APELAÇÃO. **INÉPCIA. FALTA DE** PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. **REQUISITO ESSENCIAL DA PETIÇÃO INICIAL.** EMENDA. NÃO CUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA **INICIAL.** SENTENÇA MANTIDA 1. No juízo de cognição superficial efetivado ao analisar a petição **inicial**, ao magistrado é dado receber a **inicial**, determinar sua emenda ou indeferi-la de plano. Verificada a possibilidade de emenda, em observância ao princípio da economia processual, é viável a determinação para tal prática por mais de uma vez. 2. A ausência de **requisito essencial** da **inicial** e a inércia do autor em cumprir a ordem de emenda no prazo legal acarretam o indeferimento da petição **inicial**, nos termos do art. 284, parágrafo único, do CPC. 3. Negado provimento ao agravo regimental.

**TJ-DF - Apelação Cível APL
41173220098070007 DF 0004117-
32.2009.807.0007 (TJ-DF)**

Data de publicação: 22/03/2011

Ementa: CIVIL E PROCESSO CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACIDENTE DE VEÍCULO. PRELIMINARES - **INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS** -

INOCORRÊNCIA - PRODUÇÃO DE NOVAS
PROVAS - INDEFERIMENTO -
CERCEAMENTO DE DEFESA -
AFASTAMENTO. NECESSIDADE DE
REQUERIMENTO DE PAGAMENTO NA
ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCINDÍVEL -
MÉRITO - DEBILIDADE PERMANENTE EM
GRAU MÍNIMO - ART. 3º E 5º DA LEI Nº 6.194
/74 - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR -
CORREÇÃO MONETÁRIA -TERMO **INICIAL** -
DATA DO SINISTRO. RECURSOS
DESPROVIDOS. 1. HAVENDO NOS AUTOS F
ARTA DOCUMENTAÇÃO, HÁBIL A
COMPROVAR A DEBILIDADE QUE
ACOMETEU O AUTOR, BEM COMO O SEU
GRAU, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM
PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS, ASSIM
COMO EM PETIÇÃO INEPTA E
CERCEAMENTO DE DEFESA. 2. A AUSÊNCIA
DE PEDIDO DE PAGAMENTO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO NA ESFERA
ADMINISTRATIVA, ASSIM COMO
A **FALTA** DE DEMONSTRAÇÃO DA NEGATIVA
DA SEGURADORA EM EFETUAR O
PAGAMENTO, NÃO PODE DETERMINAR A
EXTINÇÃO DO PROCESSO, TENDO EM VISTA
QUE, CONSOANTE O REGRAMENTO
CONSTITUCIONAL INSCRITO NO ARTIGO 5º ,
INCISO XXXV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ,
O ORDENAMENTO JURÍDICO NÃO
CONDICIONA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
AO ESGOTAMENTO PELO POSTULANTE DAS
VIAS ADMINISTRATIVAS. 3 - A EMPRESA DE
SEGUROS, NA QUALIDADE DE INTEGRANTE
DE CONSÓRCIO DE SEGURADORAS QUE SE
OBRIGAM AO PAGAMENTO DO SEGURO
DPVAT , É P ARTE LEGÍTIMA PARA
INTEGRAR O PÓLO PASSIVO DA LIDE (ART.
7º DA LEI Nº 6.194 /74). 4 - DEMONSTRADOS
A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E A
DEBILIDADE PERMANENTE EM GRAU
MÍNIMO SOFRIDA PELO SEGURADO,
PREENCHIDOS ESTÃO
OS **REQUISITOS** LEGAIS NECESSÁRIOS AO
PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO
CORRESPONDENTE A 25% (VINTE E CINCO

POR CENTO) DO LIMITE MÁXIMO. 5 - SENDO A CORREÇÃO MONETÁRIA SIMPLES FATOR DE RECOMPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO DA MOEDA, NÃO IMPORTANDO EM GANHO REAL, DEVE INCIDIR A PARTIR DA DATA EM QUE SE TORNOU EXIGÍVEL A OBRIGAÇÃO, NO CASO, A PARTIR DO SINISTRO, E NÃO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

Assim, uma vez que os requisitos necessários não foram cumpridos e a narração dos fatos não decorreu logicamente a conclusão, a petição inicial restou **inepta**. Portanto, o processo deve ser extinto e arquivado, sob pena de violar o direito do executado ao contraditório e ampla defesa.

DA MULTA INDEVIDA

A planilha de cálculos acostada aos autos pelo exequente em sua exordial contabiliza na dívida a multa do art. 523 do novo CPC, que perfaz a importância R\$ XXX.

Não obstante, em que pese a inépcia da inicial, a referida multa resta impugnada, uma vez que, neste caso, não decorre prazo para o executado. Ademais, caso o juízo não entenda pela extinção do feito e determine a emenda da exordial, a contagem de prazo para pagamento voluntário ainda não estaria aberto.

DA COBRANÇA INDEVIDA DE HONORÁRIOS

Ao executado foi deferida a gratuidade de justiça em virtude de sua miserabilidade jurídica, portanto, resta suspensa a exigibilidade do pagamento de verbas honorárias.

Observe-se entendimento do egrégio TJDF:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS HONORÁRIOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

3. No que tange aos honorários advocatícios, o Juízo a quo omitiu-se em suspender a exigibilidade dos honorários advocatícios à parte vencida, uma vez que esta é beneficiária da gratuidade de justiça. Desse modo, deve-se deixar evidente que os honorários advocatícios a serem cobrados em face da autora/ apelante diante de sua sucumbência devem ser suspensos, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC.

4. Recurso CONHECIDO e PARCIALMENTE PROVIDO.

([Acórdão n.1050185](#), 20160910065653APC, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 20/09/2017, Publicado no DJE: 04/10/2017. Pág.: 389/391)

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELOS DIREITOS DE COPROPRIEDADE E COBRANÇA DE ALUGUEIS. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO. PRELIMINAR REJEITADA. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO ADESIVO. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM SEDE DE APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. REQUISITOS PRESENTES. IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO DE DIREITOS. PARTILHA JUDICIAL. COISA JULGADA. FORMAÇÃO DE CONDOMÍNIO ENTRE OS EX-CÔNJUGES. INDENIZAÇÃO DEVIDA POR AQUELE QUE USUFRUI COM EXCLUSIVIDADE DO BEM. CONDENAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO. RESPONSABILIDADE SOBRE AS DESPESAS. LIMITAÇÃO. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO CORRESPONDENTE À COTA PARTE DO VALOR DO BEM.

IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E NÃO PROPORCIONAL. ARTIGOS 85, §2º E 86, AMBOS DO CPC. **GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ARTIGO 89, §3º, DO CPC. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.**

POSSIBILIDADE DE COBRANÇA NO PRAZO DE CINCO ANOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

9. O § 3º do artigo 89 do Código de Processo Civil não veda a condenação do beneficiário da gratuidade de justiça ao pagamento de honorários advocatícios, mas apenas prevê a inexigibilidade da verba caso não sobrevenha

alteração da situação econômica da parte vencida no prazo de cinco anos.

10. Apelação conhecida, preliminar rejeitada e, no mérito, parcialmente provida. Recurso adesivo parcialmente conhecido e, na extensão, parcialmente provido.

([Acórdão n.1025890](#), 20150110890405APC, Relator: SIMONE LUCINDO 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 14/06/2017, Publicado no DJE: 12/07/2017. Pág.: 158-174).

Assim, em face da jurisprudência e do disposto no art. 98 do CPC, a cobrança de honorários advocatícios deve ser suspensa.

Por fim, segue planilha de cálculos sem valores indevidos, sendo devida a importância de R\$ XXX.

Resultado do Cálculo (em Real)

Processo: XXXXXX

Requerente: FULANO DE TAL

Requerido: FULANO DE TAL

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: XX/XX/XXXX

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: X%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
XX/XX/XXXX	XXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX
Subtotal						XXXX
Total Geral						XXXXXX

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o executado pede:

- a- Seja a petição inicial do presente cumprimento de sentença indeferida e, conseqüentemente, seja o processo extinto, em virtude da inépcia da inicial;
- b- Caso o juízo não entenda pela extinção do feito, pede seja indeferida a cobrança da multa do art. 523 do CPC/2015;

c- Pede o indeferimento da cobrança de honorários advocatícios.

XXXXXX/DF, aos XX de XXXXX de XXXX.